



## Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

Séclil Brasil Empreendimentos e Participações S.A., (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia detém participação acionária na Supremo Cimentos S.A. (“Supremo”) e detém o controle indireto da Margem Companhia de Mineração (“Margem”), representada pela controlada Supremo Cimentos S.A., conjuntamente, definidas como o “Grupo”. A Supremo e a Margem têm como atividades preponderantes a fabricação, importação e comercialização de cimentos e seus derivados, bem como prestação de serviços de concretagem, e extração e beneficiamento de calcário, entre outras atividades relacionadas.

#### Situação econômico financeira e planos de negócio do Grupo

Em 31 de dezembro de 2022, nas demontrações financeiras consolidadas, o Grupo apresenta excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes, no montante de R\$ 28.944 (R\$ 178.101 em 31 de dezembro de 2021). O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é decorrente, principalmente, do endividamento para obtenção de recursos financeiros para a construção da fábrica da Margem e dos projetos de melhorias posteriores: cinta transportadora *(flying belt)*, britador e enscadeiraira. Há que se ressaltar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pelas Companhias.

O equilíbrio financeiro de curto prazo do Grupo será restabelecido à medida que ocorrer uma maior geração de caixa e também um maior alongamento do prazo de maturidade da dívida bancária,que permitirá ao Grupo uma inversão da atual condição do seu capital circulante. Esse processo já foi iniciado, conforme é visível na melhoria da situação em relação ao ano anterior.

O Grupo continuará contratando linhas de financiamentos de médio/longo prazo que viabilizem a sua estabilidade e o seu crescimento.

A nova fábrica considerada uma das mais modernas do Brasil continua a apresentar um desempenho operacional notável, quer em termos de fiabilidade, quer em termos de consumos específicos, pelo mantemos a expectativa de que haverá uma evolução muito positiva na situação da Companhia, assim que o mercado brasileiro de construção retomar o caminho do crescimento.

É convidaço da Diretoria que a nova fábrica suportada por equipamentos da melhor tecnologia disponível, veio trazer uma dinâmica de crescimento ao Grupo, com produtos de excelente qualidade, e custos mais reduzidos, que vão permitir competir no mercado.

#### 2 Base de preparação

#### Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o mlhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

•**Nota explicativa 8** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

•**Nota explicativa 9** - mensuração das perdas por redução ao valor recuperável de estoques;

•**Nota explicativa 12** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado;

•**Nota explicativa 23** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

•**Nota explicativa 25** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

•**Nota explicativa 26** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

#### 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

#### 6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### a. Base de consolidação

##### (i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

<b>Empresas</b>	<b>Controle</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Supremo Cimentos S.A.	Direto	96,53%	96,53%
Margem Companhia de Mineração	Indireto	100%	100%

#### (ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

##### (iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

#### (iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligada.

Coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controlada também são contabilizados com o uso desse método.

#### (v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

#### c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

#### d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou impairment).

#### e. Instrumentos financeiros

##### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### (ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

— É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

— Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; e

• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

• Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros*

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliarem se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

—Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

—Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

—O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

—Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

**Ativos financeiros a VJR**
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado**
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### (iii) Desreconhecimento

##### Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retrada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

##### (iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### (vii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui vários contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiros para proteção cambial, mensurados ao valor justo.

##### f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado”. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização *(impairment)*, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

##### g. Imobilizado

##### (i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS.O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos

os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

#### (ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

#### (iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	1 - 10 anos
Maquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

#### h. Intangível

##### (i) Software

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

##### (ii) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas *(impairment)*. Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

#### (iii) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil.

#### i. Redução ao valor recuperável *(Impairment)*

##### (i) Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável *(impairment)*, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

##### (ii) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

•é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

•o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

#### j. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

#### k. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

#### l. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

#### m. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo.

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

#### (i) Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de calcário, clínquer, cimentos e concretos produzidos pelo grupo.

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

#### (ii) Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando da prestação de serviço ao cliente.

#### (iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

#### n. Provisões

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: — diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; — diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e — diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**p. Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

**Arrendamentos de ativos de baixo valor**

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**q. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

**Novos requerimentos atualmente vigentes**

Esta tabela apresenta uma lista das recentes alterações nas Normas que devem ser aplicadas por uma Entidade com períodos de reporte anual iniciados em 1º de janeiro de 2022.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
	Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020
	Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
	Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)

**Futuros requerimentos**

Esta tabela apresenta uma lista das alterações recentes nas Normas que deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2023 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8) 177
	IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro
	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)
	Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)
	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)
Disponível para adoção opcional/data efetiva diferida por tempo indeterminado	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários em conta corrente	34	50	4.438	4.647
Aplicações financeiras	4.844	894	196.251	231.861
	4.878	944	200.689	236.508

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados a variação de 99% a 103% (nos dos exercícios reportados) do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

**8 Contas a receber de clientes**

	Consolidado	
	2022	2021
Contas a receber clientes	42.324	38.013
Provisão para perda estimada de crédito	(2.984)	(2.943)
	39.340	35.070

Existem nas suas Controladas dois contratos de financiamento, com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 25.000, (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2021).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer	38.982	433
Vencidos até 90 dias	433	189
Vencidos até 180 dias	2.720	2.720
Vencidos acima de 180 dias	(2.984)	(2.984)
Perda por redução ao valor recuperável		39.340

A imparidade para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(2.943)
Constituições		(333)
Reversões		292
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(2.984)

**9 Estoques**

	Consolidado	
	2022	2021
Matéria-prima e outros materiais	78.772	75.088
Produtos acabados	9.223	9.213
Imparidades	(2.271)	(634)
	85.724	83.667

A Administração avalia de forma constante os estoques do Grupo quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, como resultado destas avaliações, a Administração identificou a necessidade de registro de imparidade para perdas nos estoques do Grupo.

**10 Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	2.328	4.551
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (*)	-	-	8.210	9.330
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	72	2.274
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	19	32
Imposto de renda e contribuição social	-	-	5.188	9.662
Crédito PIS e Cofins Ativo Permanente	-	-	41.244	46.526
Outros	159	143	380	149

	159	143	57.438	72.524
Ativo circulante	159	143	18.935	28.393
Ativo não circulante	-	-	38.503	44.131

(\*) A controlada Margem Cia de Mineração é beneficiária do Regime Especial no 4.676/12 "Programa Paraná Competitivo", concedido pelo Governo do Estado do Paraná, que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense. Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica, a Margem está acumulando o PIS/COFINS e ICMS sobre essas aquisições cuja compensação em 1/48 teve início em abril/2015.

**11 Investimentos**

	Controladora	
	2022	2021
Supremo Cimentos S.A.	685.924	714.708

**a. As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir**

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido		Lucro/Prejuízo do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Empresas controladas						
Supremo Cimentos S.A.	96,53	96,53	405.035	433.719	(12.929)	13.772

**b. A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada**

	Supremo Cimentos S.A.	
	2022	2021
Em 1 de janeiro de 2020		698.733
Participação nos prejuízos de controlada		15.975
Em 31 de dezembro de 2021		714.708
Pagamentos dividendos (*)		(16.476)
Participação nos lucros de controlada		(12.308)
Em 31 de dezembro de 2022		685.924

(\*) Em 22 de abril de 2022 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 12.538, os quais foram pagos em maio/2022, e em 16 de novembro de 2022 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.937, os quais foram pagos em dezembro/2022.

**c. Teste de impairment do ágio**

A Companhia através de sua controladora efetuou o teste de impairment para o ágio pago na aquisição do investimento na Supremo, referente ao valor justo alocado a participação sobre o ativo intangível (marca Supremo). Para efeitos da avaliação, considera-se que as marcas possuem uma vida útil indefinida. O modelo utilizado foi de fluxo de caixa descontado para os próximo 5 anos mais o período de perpetuidade.

As premissas chaves utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são:

Desconto:

Taxa de desconto	13,5%
Volume de vendas (% de crescimento médio ao ano)	4,3%
Preço de venda (% de crescimento médio ao ano)	8,45%
Margem bruta (% de crescimento médio ao ano)	12%

O volume de vendas é a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos e a perpetuidade. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda é a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de produtividade com o aumento da utilização de escória na composição do cimento e a redução de clínquer, matéria prima mais cara da produção do cimento.

**12 Imobilizado**

	Consolidado								
Custo	Terrenos	Jazidas minerais	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
<b>Em 1 de janeiro de 2021</b>	45.788	194.812	379.640	715.953	41.129	293	13.863	9.463	1.400.942
Adições	-	-	(84)	1.233	378	-	222	27.736	29.485
Baixas	-	-	(1.570)	(683)	-	-	(174)	(575)	(3.002)
Transferência AVP	280	2.412	3.683	15.352	223	-	(85)	(21.865)	-
PRODEC(a)	-	-	(209)	(488)	-	-	-	-	(697)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	46.068	197.224	381.460	731.367	41.730	293	13.826	14.759	1.426.728
Adições	-	-	372	2.215	788	-	2.149	29.330	34.853
Baixas	-	-	-	(2.805)	(460)	-	(329)	(8)	(3.602)
Transferência AVP	-	2.720	5.676	5.441	119	-	40	(13.996)	-
PRODEC(a)	-	-	(192)	(449)	-	-	-	-	(641)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	46.068	199.944	387.316	735.769	42.177	293	15.686	30.085	1.457.338
Depreciação e exaustão acumulados	-	(13.558)	(54.040)	(195.611)	(16.559)	(249)	(7.949)	-	(287.966)
<b>Em 01 de janeiro de 2021</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e exaustão	-	(4.606)	(12.783)	(48.485)	(3.382)	(37)	(1.477)	-	(70.770)
Baixa de depreciação por alienação AVP	-	-	1.538	279	-	-	165	-	1.982
PRODEC(a)	-	-	133	310	-	-	-	-	443
Crédito PIS e Cofins	-	-	1.172	5.585	11	-	15	-	6.783
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	(18.164)	(63.980)	(237.922)	(19.930)	(286)	(9.246)	-	(349.528)
Depreciação e exaustão	-	(5.091)	(11.976)	(49.270)	(3.344)	(5)	(1.368)	-	(71.054)
Baixa de depreciação por alienação AVP	-	-	-	2.784	460	-	145	-	3.389
PRODEC(a)	-	-	143	335	-	-	-	-	478
Crédito PIS e Cofins	-	-	1.174	5.418	(20)	-	25	-	6.597
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	-	(23.255)	(74.639)	(278.655)	(22.834)	(291)	(10.444)	-	(410.118)
Valor contábil	45.788	181.254	325.600	520.342	24.570	44	5.914	9.464	1.112.975
<b>Em 1 de janeiro de 2021</b>	45.788	181.254	325.600	520.342	24.570	44	5.914	9.464	1.112.975
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	46.068	179.060	317.480	493.445	21.800	7	4.580	14.593	1.077.200
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	46.068	176.689	312.677	457.144	19.343	2	5.242	30.085	1.047.220

(a) A Controlada Supremo Cimentos é detentora de incentivo fiscal denominado PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, concedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em que possui o direito à dilatação do prazo de pagamento de parte do ICMS devido sobre receitas de vendas pelo período de 48 meses. Por se tratar de uma subvenção para investimento e tendo em vista que o ICMS a recolher é atualizado monetariamente por um índice de atualização monetária inferior às taxas de juros praticados no mercado, a Empresa apresenta o saldo de ICMS a recolher por seu valor presente no passivo circulante e não circulante, sendo que o ajuste a valor presente na data do fato gerador do ICMS é apresentado como redutora do ativo imobilizado. A referida provisão para ajuste a valor presente é apropriada ao resultado à medida que os bens do imobilizado são depreciados e a provisão para juros sobre o ICMS a recolher é reconhecida ao resultado à medida que o prazo da dilatação de pagamento do imposto é transcorrido.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos nomeadamente por ativos reais, incluindo terrenos, edifícios, equipamentos, equipamentos de transporte e veículos, até o limite do saldo devedor e garantia fiduciária dos acionistas.

**13 Direito de uso de ativos**

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos de Transporte	Veículos	Outros	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2021	710	1.938	-	2.664	59	166
Adições	227	87	1.782	3.685	4.493	906
Depreciação no período (*)	(474)	(1.082)	(1.529)	(3.471)	(1.499)	(365)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	463	943	253	2.878	3.053	707

(\*)As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 3 anos.

	Consolidado					
--	-------------	--	--	--	--	--

	Consolidado	
	2022	2021
Agio na aquisição de participação - Supremo Cimentos S.A. (nota 11)	195.158	195.158
Valor justo de ativo intangível (marca Supremo)	88.928	88.928
Software por aquisição de investimento	1.533	1.092
	<b>285.619</b>	<b>285.178</b>

	Consolidado	
	2022	2021
Fornecedores nacionais	55.514	42.441
Fornecedores exterior	5.223	121
Partes relacionadas (nota 24)	36.136	57.887
	<b>96.873</b>	<b>100.449</b>

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimo	613.968	736.921
Custo com captação recurso	(931)	(1.895)
Encargos apropriados	7.264	10.552
Total Geral	<b>619.701</b>	<b>745.578</b>

**a. Abaixo apresentamos a abertura do saldo de empréstimos:**

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento Final	Circulante		Não circulante		Total	
			2022	2021	2022	2021	2022	2021
			EKF/ELO	CDI+1,35%	2.025	20.050	20.050	30.075
Custo com captação recurso			(628)	-	(303)	(1.895)	(931)	(1.895)
Encargos apropriados			3.008	2.348	-	-	3.008	2.348
			<b>22.430</b>	<b>22.398</b>	<b>29.772</b>	<b>48.230</b>	<b>52.202</b>	<b>70.628</b>
BRDE	5,50%	2.022	-	84	-	-	-	84
			-	84	-	-	-	84
BNDES	TJLP +3,54%	2029	13.035	36.996	67.345	99.980	80.380	136.976
Encargos apropriados			358	2.213	-	-	358	2.213
			<b>13.393</b>	<b>39.209</b>	<b>67.345</b>	<b>99.980</b>	<b>80.738</b>	<b>139.189</b>
Capital de giro	Libor +1,25%	2.024	165.947	360.757	316.915	168.927	482.862	529.684
Encargos apropriados			3.899	5.993	-	-	3.899	5.993
			<b>169.846</b>	<b>366.750</b>	<b>316.915</b>	<b>168.927</b>	<b>486.761</b>	<b>535.677</b>
Total			<b>205.669</b>	<b>428.441</b>	<b>414.032</b>	<b>317.137</b>	<b>619.701</b>	<b>745.578</b>

Em 16 de outubro de 2013, a sua Controlada Margem celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaaneordning (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal, no valor de R\$ 200.500 (saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 R\$ 50.125 e R\$ 70.175 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis, a partir de julho de 2015 e até janeiro de 2025.

Em 4 de setembro de 2018, a Controlada Supremo firmou um contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 70.000, tendo sido totalmente liquidado em Novembro de 2022 (saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 45.735).

Em 13 de fevereiro de 2019, a sua Controlada Margem firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000, tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos entretanto concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, permitindo o alongamento do prazo médio da dívida da Companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 80.380 e R\$ 136.976 em 31 de dezembro de 2021. As amortizações iniciaram-se mensais em 15 de março de 2022 findando as mesmas em 15 de março de 2029.

Em 2020 a Controlada Supremo contratou no mercado local um financiamento junto do Banco do Brasil no montante de R\$ 75.000, por um prazo de 36 meses. Em 31 de Dezembro do 2022 tinha um saldo de R\$ 28.571 e R\$ 50.000 em 31 de Dezembro de 2021.

Em 2021 a Controlada Supremo contratou um financiamento junto do Santander, no montante de R\$ 50.000, por um prazo de 24 meses.

A Controlada Margem possui um contrato de empréstimo com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (*covenants*). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de Dezembro de 2022, todos os indicadores foram atendidos.

Com relação ao custo com captação de recursos, em 31 de dezembro de 2022 a Controlada tem reconhecido contabilmente o valor de R\$ 931 (R\$ 1.895 em 31 de dezembro de 2021), como redutora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao Ativo Imobilizado até março de 2015. A partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a uma taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelecido o IAS/23 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com IAS 39 do pronunciamento Técnico Contábil CPC 08.

**Swap de taxas de Juros**

Em 2022 a Controlada Supremo contratou um Empréstimo Externo sob a Lei no 4.131 com um banco estrangeiro, com principal de US\$ 18.000 (R\$ 90.394) por um prazo de 3 anos. A sua Controlada Margem contratou dois Empréstimos Externos sob a Lei no 4.131 com bancos estrangeiros com principal de US\$ 16.000 (R\$ 90.350) (por um prazo de 3 anos) e EUR 10.000 (R\$ 55.500) (por um prazo de 2 anos).

Neste mesmo período a Controlada Supremo liquidou diversos Empréstimos Externos no montante de EUR 12.500 (R\$ 75.068), US\$ 2.650 (última parcela de um financiamento de US\$ 7.950(R\$ 39.750)), US\$ 18.000 (R\$ 98.384), US\$ 7.000 (R\$ 38.260) e amortizou US\$ 3.750 (de um financiamento de US\$ 7.500 (R\$ 50.925)). A sua Controlada Margem liquidou um Empréstimo Externo no montante de US\$ 16.000 (R\$ 90.136).

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) / euro (Euribor).

No final de cada mês, a Controlada atualizou o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste *swap*, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

A Controlada Supremo possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 33.844 (valor líquido) no qual aumenta o montante efetivo a pagar da dívida. A sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção cambial dos seus financiamentos no motante de R\$ 5.559 classificado no passivo circulante.

			2022					
			Consolidado					
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Paqamentos	Recebimentos
Banco Comercial Português (*)	Empréstimos	USD	(39.750)	(7.950)	-	(1.064)	-	-
Banco Itau	Empréstimos	USD	(100.000)	(18.144)	(13.946)	(19.207)	(13.348)	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(157.350)	(25.000)	(14.549)	(25.720)	(7.676)	-
Banco Haitong (*)	Empréstimos	EUR	(75.068)	(12.500)	-	(14.294)	(11.675)	9
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(138.119)	(25.000)	(5.349)	(19.883)	(17.154)	-
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(38.260)	(7.000)	-	(2.008)	(2.008)	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(4.754)	(14.323)	(17.354)	1.115
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(80.350)	(16.000)	-	(9.481)	(6.567)	-
Banco Deutsche	Empréstimos	EUR	(55.500)	(10.000)	(805)	(4.615)	(2.205)	-
			<b>(774.533)</b>	<b>(137.594)</b>	<b>(39.403)</b>	<b>(110.595)</b>	<b>(77.987)</b>	<b>1.124</b>

			2021					
			Consolidado					
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Paqamentos	Recebimentos
Banco Comercial Português	Empréstimos	USD	(39.750)	(7.950)	1.064	(717)	(414)	877
Banco Itau (*)	Empréstimos	USD	(100.000)	(18.144)	-	(2.572)	-	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(170.030)	(27.500)	(6.113)	(6.687)	(789)	12.436
Banco Haitong	Empréstimos	EUR	(75.068)	(12.500)	2.718	2.049	-	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(138.119)	(25.000)	(1.105)	1.777	(3.572)	-
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(71.976)	(16.000)	-	2.663	(1.008)	14.892
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(38.260)	(7.000)	(3.031)	(3.609)	(1.148)	1.135
Banco Deutsche	Fornecedores	EUR	(42.913)	(7.861)	880	-	-	-
			<b>(676.116)</b>	<b>(121.955)</b>	<b>(5.587)</b>	<b>(7.096)</b>	<b>(6.931)</b>	<b>29.340</b>

(\*) *Contratos liquidados em durante 2021, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2021.*

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Consolidado
Um ano (2023)	205.669
Dois anos (2024)	144.913
Três anos (2025)	198.694
Quatro anos (2026)	13.032
2027 em diante	57.393
	<b>619.701</b>

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2022:

			Consolidado			Juros Pagos	2022
	2021	Adições	Encargos	Varição Cambial	Amortização		
Itau	-	100.000	3.866	(5.584)	-	(1.958)	96.324
Banco do Brasil	161.087	-	8.161	(15.219)	(40.517)	(8.096)	105.416
Banco Comercial	84	-	-	-	(84)	(1)	-
Portugues	11.221	-	10	(1.212)	(10.039)	20	-
Haitong	83.472	-	(3.145)	(10.024)	(69.121)	(1.182)	-
BNDES	139.191	-	13.932	-	(80.144)	(12.240)	80.738
EKF	70.628	-	8.398	-	(6.744)	(20.050)	35.206
Deutsche Bank	-	55.500	6.864	168	-	(6.700)	50.636
Banco Santander	50.472	-	6.852	(13.052)	(209.094)	(5.865)	178.709
Banco Caixa Geral	229.423	170.744	6.852	(13.052)	(209.094)	(5.865)	178.709
	<b>745.578</b>	<b>326.244</b>	<b>45.554</b>	<b>(44.923)</b>	<b>(409.049)</b>	<b>(43.703)</b>	<b>619.701</b>

			Consolidado			Juros Pagos	2021
	2020	Adições	Encargos	Varição Cambial	Amortização		
Itau	30.407	-	1.596	-	(30.000)	(2.003)	-
Banco do Brasil	139.405	114.530	7.038	1.263	(80.850)	(6.297)	161.087
BRDE	198	-	-	-	(114)	(7)	84
Banco Comercial	41.357	-	469	1.288	(31.394)	(499)	11.221
Portugues	80.152	-	5.845	(708)	-	(1.817)	83.472
Haitong	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	211.553	-	22.080	193	(75.639)	(18.996)	139.191
EKF	88.302	-	5.566	-	(20.050)	(3.190)	70.628
Deutsche Bank	-	-	-	-	-	-	-
Banco Santander	-	50.000	1.527	6.421	(127.398)	(1.058)	50.472
Banco Caixa Geral	83.264	266.516	3.528	-	(2.908)	(2.908)	229.423
	<b>670.638</b>	<b>431.046</b>	<b>47.654</b>	<b>8.457</b>	<b>(375.445)</b>	<b>(36.772)</b>	<b>745.578</b>

**17 Passivo de arrendamento (Consolidado)**

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento	Percentual
Até um ano	17,06 % a.a
De um ano a três anos	16,80 % a.a
De três anos a cinco anos	17,13 % a.a

	31/12/2022
Dívida reconhecida em 01/01/2022	6.307
Pagamentos parcela	(8.972)
Adição	12.750
Juros	(767)
	<b>9.318</b>

	31/12/2021
Dívida reconhecida em 31/12/2020	6.181
Pagamentos parcela	241
Juros	(121)
	<b>6.307</b>

	Valores em R\$	Percentual
Saldo 31 de dezembro de 2021	6.580	74%
	2.738	26%
	<b>9.318</b>	<b>100%</b>

Vencimento das parcelas	Valores em R\$		Percentual
	Um ano (2023)	Dois anos (2024)	
	6.580	2.738	74%
	-	-	26%
	<b>6.580</b>	<b>2.738</b>	<b>100%</b>

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) (*)	-	-	4.349	4.131
Paraná Competitivo (**)	-	-	208.328	161.778
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	6.941	3.603
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	1.166	227
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	244	48
Outros (ISS, IRRF, CSRF)	7	-	1.522	1.496
	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>222.550</b>	<b>171.283</b>

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo circulante	7	-	16.479	6.602
Passivo não circulante	-	-	206.071	164.681

(\*) O saldo refere-se a ICMS incremental, a recolher, oriundo do benefício fiscal PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) que difere por 48 meses o prazo de pagamento do referido tributo, cujo pagamento iniciou em 10 de abril de 2014. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.349 (R\$ 4.131 em 2021).

(\*\*) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 208.328 (R\$ 161.787 em 2021).

**19 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

O capital social é composto por ações nominativas e ordinárias. A quantidade total de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de 650.884, todas emitidas a valor nominal R\$ 10,00 por ação.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 650.884 (R\$ 650.884 em 31 de dezembro de 2021).

A composição do capital social em ações se dividem entre os acionistas da seguinte forma em milhares de ações:

	2022	2021
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A	1	1
Cimimpart Investimentos e Participações SGPS S.A	650.883	650.883
	<b>650.884</b>	

6 CIDADES / EDIÇÃO DIGITAL

AVP PRODEC (depreciação)	-	-	2.614	2.558
Outras diferenças diversas	-	-	15.577	13.498
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	124.985	127.697
			<u>143.176</u>	<u>143.753</u>
<b>Passivo</b>				
AVP PRODEC (dívida)	-	-	(458)	(409)
Custo atribuído	-	-	(78.568)	(72.410)
Valor da marca	(30.236)	(30.236)	(30.236)	(30.236)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	-	-	(71.778)	(72.900)
	<u>(30.236)</u>	<u>(30.236)</u>	<u>(181.040)</u>	<u>(175.955)</u>
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>(30.236)</u>	<u>(30.236)</u>	<u>(37.864)</u>	<u>(32.202)</u>

**b. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social**  
A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(12.477)	13.198	(948)	33.421
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
	<u>(4.242)</u>	<u>4.487</u>	<u>(322)</u>	<u>11.363</u>
<b>Efeitos fiscais sobre adições e exclusões</b>				
Equivalência patrimonial	(4.184)	(5.431)	-	-
Despesas indedutíveis	(67)	944	(9.262)	104
Compensação Prejuízo fiscal	-	-	(2.709)	(8.181)
<b>Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado</b>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>(11.971)</u>	<u>(19.648)</u>
Corrente	(9)	-	(6.308)	(6.101)
Diferido	-	-	(5.663)	(13.547)

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias. Com base na evolução da Controlada a administração iniciou em 2021 a utilização dos créditos diferidos, com a expectativa de que a realização integral ocorra até 2032. Na Controlada não houve reconhecimento de impostos diferidos ativos.

**24 Transações com partes relacionadas**

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

**a. Transações**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativo</b>				
Outras contas a receber	-	-	1.407	1.505
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.	-	-	1.407	1.505
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.814</u>	<u>3.010</u>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	-	-	36.136	57.887
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.136</u>	<u>57.887</u>

As compras de matérias-primas e mercadorias são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação, com prazo de pagamento específico para cada tipo de produto e/ou fornecedor.

**b. Remuneração do pessoal-chave da administração**

A Companhia teve custos com remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 2.528 nas controladas (Em 2021 no montante de R\$ 2.850). Não houve pagamento de honorários da controladora.

**25 Provisão para litígios**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, e estão discutindo estas questões na esfera administrativa bem como judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte das obrigações. Para aquelas ações cujas probabilidades de perdas, com base na opinião dos seus advogados, foram consideradas prováveis, a administração reconheceu provisão para contingências conforme apresentado a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Contingências prováveis</b>		
Cíveis	7.746	12.979
Trabalhistas	1.376	2.230
Previdenciário	378	378
Tributárias	<u>7.618</u>	<u>3.073</u>
	<u>17.118</u>	<u>18.282</u>

**Movimentação das provisões no consolidado**

	<b>Cíveis</b>	<b>Tributária</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Previdenciário</b>	<b>Total</b>
Saldo em 01/01/2022	12.979	3.073	1.851	378	18.282
Constituição Provisão	1.900	4.545	4.865	-	11.310
Reversão Provisão	(1.795)	-	(730)	-	(2.525)
Pagamentos	(5.339)	-	(4.610)	-	(9.949)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>7.746</b>	<b>7.618</b>	<b>1.376</b>	<b>378</b>	<b>17.118</b>
	<b>Cíveis</b>	<b>Tributária</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Previdenciário</b>	<b>Total</b>
Saldo em 01/01/2021	10.185	331	2.626	378	13.520
Constituição Provisão	3.576	2.742	208	-	6.526
Reversão Provisão	-	-	(152)	-	(152)
Pagamentos	(782)	-	(831)	-	(1.613)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>12.979</b>	<b>3.073</b>	<b>1.851</b>	<b>378</b>	<b>18.282</b>

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

-Contingências trabalhistas - estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, e enquadramentos. O valor do depósito judicial (R\$ 377, saldo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 377 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a mandado de segurança emitido pela Controladora questionando o valor da alíquota do Fator Acidentário Previdenciário (FAT). Os depósitos judiciais estão apresentados no balanço na rubrica outros créditos a receber no ativo não circulante.

-Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais.

-Contingências tributárias - a principal ação está relacionada a processo junto à Receita Federal.

Para aquelas ações cujos riscos de perdas foram avaliados como possíveis, a Companhia não constituiu provisão para contingências. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Contingências possíveis</b>		
Cíveis	678	173
Tributário	7.000	5.010
Trabalhistas	<u>2.676</u>	<u>5.729</u>
	<u>10.354</u>	<u>10.466</u>

**26 Intrumentos financeiros**

**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

**(i) Controladora**

				<b>2022</b>	<b>2021</b>	
	<b>Nota</b>	<b>Valor justo Instrumentos de hedging</b>	<b>Mensurados ao custo amortizado</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Saldo contábil</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Caixa e bancos	7	-	34	-	34	
Aplicações financeiras	7	-	4.844	-	4.844	
<b>Passivos financeiros</b>						
Outras contas a pagar	-	-	14	-	14	
<b>(ii) Consolidado</b>						
				<b>2022</b>	<b>2021</b>	
	<b>Nota</b>	<b>Valor justo Instrumentos de hedging</b>	<b>Mensurados ao custo amortizado</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Saldo contábil</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Caixa e bancos	7	-	4.438	-	4.438	
Aplicações financeiras	7	-	196.251	-	196.251	
Contas a receber de clientes	8	-	39.340	-	39.340	
Partes relacionadas	24	-	1.407	-	1.505	
Outras contas a receber	-	-	11.415	-	10.428	
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	26(f) (i)	(39.403)	-	-	(39.403)	
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	15	-	-	96.873	96.873	
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	619.701	619.701	
Outras contas a pagar	-	-	-	7.297	7.297	
Passivos de arrendamento	17	-	-	9.318	9.318	

**b. Mensuração do valor justo**

(i) *Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis*

O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa

**c. Gerenciamento de risco financeiro**

**Fatores de risco financeiro**

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

**d. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

**(i) Aplicações financeiras**

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações atualizadas pela taxa CDI. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

**(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos**

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômica e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

**e. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	<b>Consolidado</b>			<b>Total</b>
	<b>Até um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	96.873	-	-	96.873
Empréstimos e financiamentos	205.669	343.607	70.425	619.701
Passivo de arrendamento	6.580	2.738	-	9.318
Outras contas a pagar	<u>7.297</u>	<u>52</u>	<u>-</u>	<u>7.349</u>
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	100.449	-	-	100.449
Empréstimos e financiamentos	428.441	244.671	72.466	745.578
Arrendamento mercantil	4.748	1.559	-	6.307
Outras contas a pagar	<u>11.885</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.885</u>
	<u>545.523</u>	<u>246.230</u>	<u>72.466</u>	<u>864.219</u>

**f. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

**(i) Risco cambial**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o real (R\$), mas também em dólares americanos (USD).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

Em 2022 a Controlada Supremo contratou um Empréstimo Externo sob a Lei no 4.131 com um banco estrangeiro, com principal de US\$ 18.000 por um prazo de 3 anos. A sua Controlada Margem contratou dois Empréstimos Externos sob a Lei no 4.131 com bancos estrangeiros com principal de US\$ 16.000 (por um prazo de 3 anos) e EUR 10.000 (por um prazo de 2 anos).

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) / euro (Euribor).

No final de cada mês, as Controladas atualizam o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL em função da taxa de marcação a mercado deste *swap*, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

Neste mesmo período a Controlada Supremo liquidou diversos Empréstimos Externos no montante de EUR 12.500, US\$ 2.650 (última parcela de um financiamento de US\$ 7.950), US\$ 18.000, US\$ 7.000 e amortizou US\$ 3.750 (de um financiamento de US\$ 7.500). A sua Controlada Margem liquidou um Empréstimo Externo no montante de US\$ 16.000.

A sua controladora possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 39.403 (valor líquido) no qual aumenta o montante efetivo a pagar da dívida.

**(ii) Risco de taxa de juros**

A Companhia e sua controlada estão expostas às taxas de juros variáveis. A Administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Valor contábil		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (CDB)	196.251	231.861
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (CDI)	(482.862)	(608.602)
Empréstimos e financiamentos (TJLP)	<u>(80.380)</u>	<u>(136.976)</u>
	<u>(366.991)</u>	<u>(513.717)</u>

**(iii) Gestão de capital**

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credor e mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Total dos empréstimos - Principal (Nota 16)	613.368	736.921
Total de passivos de arrendamento (Nota 17)	9.318	6.307
Total de instrumentos derivativos (Nota 26)	39.403	6.468
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(200.689)</u>	<u>(236.508)</u>
	<u>461.400</u>	<u>513.188</u>
Dívida líquida		
	<u>657.782</u>	<u>682.806</u>
Total do patrimônio líquido		
	<u>1.119.182</u>	<u>1.195.994</u>
Índice de alavancagem financeira - %	41	43

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 60% a 103% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

**(iv) Análise de sensibilidade**

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2022 (saldo contábil tendo por base o CDI de 13,75% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indicadores.

**Análise de sensibilidade de taxa de juros**

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2022:

<b>Instituições financeiras e modalidades</b>	<b>Risco (taxa)</b>	<b>Consolidado</b>						
		<b>Saldo contábil</b>	<b>Cenário I 25%</b>	<b>Cenário II 50%</b>				
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	619.701	(21.302)	(42.604)				
<i>Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos</i>								
A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do Dólar norte-americano e Euro. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da companhia ao aumento e à redução ou aumento de 25% ou 50% no Real em relação a essa moeda estrangeira.								
	<b>Notional</b>		<b>Cenários</b>					
	<b>Ativo / Passivo</b>							
		<b>Posição em 31/12/2022</b>	<b>Referência</b>	<b>Provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
<b>BRL</b>	<b>USD</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Referência</b>	<b>Provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>

**Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas**

**Swap de taxa de juros**

Empréstimos em moeda estrangeira								
US\$ para R\$	(318.469)	(27.144)	(297.976)	USD 5.2500	(299.855)	(374.819)	(449.783)	(224.891)
EUR para R\$	(212.850)	(15.000)	(146.733)	EUR 5,8700	(154.730)</			

TBR230502 pdf

Código do documento 08992464-68b5-4f21-8c60-dc09ea6eb241



## Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA  
Certificado Digital  
tppubleg@tribunadoparana.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 01 May 2023, 22:55:07

Documento 08992464-68b5-4f21-8c60-dc09ea6eb241 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-05-01T22:55:07-03:00

### 01 May 2023, 22:55:37

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-05-01T22:55:37-03:00

### 01 May 2023, 22:56:05

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.7.113 (bfb10771.virtua.com.br porta: 36396). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE\_ATOM: 2023-05-01T22:56:05-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):5c7b7eb075a51f51828c947b119fd3a5e8fa34e82a8f92b8476f9bee92dc8fac

(SHA512):c9759194481e5eccf88cd96431e4aa7ee23957c2424728f47a6a1e044c52bcc76bc1dee7110e18525391e57d8175a988e949f4765ac0e83d56d1e643913dfda8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**